

O ANALFABETISMO FUNCIONAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: RELATOS DE UMA EDUCADORA

Jeisilaine de Faria Rodrigues ¹Thatiane Santos Ruas ²

RESUMO

O presente artigo é parte de uma pesquisa monográfica desenvolvida no curso de Pedagogia EaD da Universidade Aberta do Brasil em parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ibirité, polo de Carandaí, Minas Gerais. Como temática central, foi abordado o analfabetismo funcional no contexto de uma instituição profissionalizante do município de Barbacena, Minas Gerais, onde uma das autoras deste trabalho atua como educadora em um Programa de Aprendizagem Profissional, com jovens na faixa etária entre 14 a 18 anos de idade. O objetivo deste texto é apresentar alguns relatos de experiência, tendo como base algumas análises de dados construídas durante a pesquisa de campo e das vivências na instituição de ensino. A abordagem metodológica é do tipo qualitativa e, como procedimento investigativo é utilizada a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, são destacados alguns aspectos relacionados aos processos de alfabetização e letramento, como as habilidades de localização, integração, elaboração, avaliação e como estes se articulam e são evidenciados nas práticas desenvolvidas com os/as estudantes. Os resultados apontam para uma significativa presença do analfabetismo funcional, evidenciado nas atividades realizadas por jovens na referida instituição de ensino. Conclui-se pelas vivências e pesquisas de uma das educadoras, que o analfabetismo funcional é reflexo de inconsistências ao longo do processo de escolarização na Educação Básica, bem como traz desafios para os/as jovens que buscam na educação profissionalizante a ampliação de oportunidades de inserção e permanência no mercado de trabalho. Espera-se que políticas públicas educacionais contemplem essa realidade que reflete muitos/as dos/as jovens, sobretudo de classes populares, que buscam na educação profissional perspectivas de melhoria de vida.

Palavras-chave: Analfabetismo funcional, Educação Profissionalizante, Alfabetização, Letramento.

¹ Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ibirité, fariajeise@yahoo.com.br;

² Doutora em Educação, Professora e coordenadora do curso de Pedagogia EaD da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ibirité, thatiane.ruas@uemg.br;



1 INTRODUÇÃO

A alfabetização e o letramento são pilares fundamentais para a formação de cidadãos críticos e participativos na sociedade. Contudo, o Brasil ainda enfrenta altos índices de analfabetismo funcional, evidenciando que, muitos indivíduos mesmo considerados letrados, têm apresentado dificuldade em usar a leitura e a escrita no dia a dia. Essa realidade torna-se ainda mais crítica quando observada no contexto da educação profissionalizante, voltada à formação de jovens para o ingresso no mercado do trabalho.

Este artigo é parte de um recorte de uma pesquisa monográfica desenvolvida no curso de Pedagogia EaD da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Acadêmica de Ibirité, que teve como foco apontar a presença do analfabetismo funcional entre estudantes de 14 a 18 anos de um Programa de Aprendizagem Profissional em uma instituição de ensino de Barbacena, MG. Pretende-se, por meio de relatos de experiências e análises de atividades didático-pedagógicas, evidenciar como as habilidades de leitura e escrita ainda se mostram frágeis entre os/as jovens participantes, refletindo, entre outros fatores, algumas lacunas deixadas ao longo da Educação Básica.

A escolha pela abordagem deste tema surgiu durante a atuação profissional de uma das autoras deste texto junto à jovens inseridos no programa de aprendizagem profissional, pelo qual teve proximidade com o campo e os sujeitos da pesquisa. Essa proximidade possibilitou vivências, observações e discussões sobre aspectos intrínsecos ao analfabetismo funcional presentes no processo de escolarização desses jovens. Um dos principais pressupostos que tangenciam esse cenário está relacionado ao desenvolvimento precário de habilidades durante a Educação Básica, além de um contexto amplo de desigualdades sociais e educacionais.

A investigação, de abordagem qualitativa, baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo busca contribuir com a reflexão sobre os desafios enfrentados pela educação profissional, especialmente no que tange à superação das dificuldades de leitura, escrita e interpretação por parte dos estudantes, além de evidenciar a necessidade de políticas públicas mais efetivas que considerem as especificidades desses sujeitos e seus contextos.



2 ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E ANALFABETISMO FUNCIONAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O debate sobre alfabetização e letramento tem sido protagonista nos estudos educacionais nas últimas décadas, principalmente quando associado à função social da linguagem e à cidadania. Paulo Freire (1983) já defendia que alfabetizar não é apenas ensinar a ler e escrever, mas proporcionar ao sujeito a capacidade de "ler o mundo", desenvolvendo uma consciência crítica de sua realidade. Essa concepção é reforçada por Soares (2016), ao afirmar que alfabetização e letramento devem caminhar juntos, com práticas significativas e contextualizadas, voltadas à inserção social do indivíduo.

O analfabetismo funcional, por sua vez, refere-se à condição de sujeitos que, apesar de alfabetizados em termos básicos, não são capazes de compreender, interpretar ou produzir textos com autonomia em situações quotidianas. Segundo o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), esses sujeitos podem até decodificar palavras, mas apresentam sérias limitações nas habilidades de leitura, escrita e resolução de problemas práticos (INAF, 2018). A escala do Inaf classifica os níveis de alfabetismo em cinco grupos, variando do analfabeto absoluto ao leitor proficiente, sendo considerados funcionalmente analfabetos os que se encontram nos níveis "analfabeto", "rudimentar" e parte do "elementar".

Essas limitações comprometem o exercício da cidadania e o pleno desenvolvimento pessoal, revelando um fracasso estrutural do sistema educacional brasileiro, como defendem Ferraro (2012) e Ribeiro (1997). Em vez de promover a emancipação dos sujeitos, o processo escolar, muitas vezes, perpetua a exclusão e a marginalização dos mais vulneráveis, sobretudo quando não garante o domínio das práticas sociais da leitura e da escrita.

A relação entre alfabetismo e trabalho é direta. Em um cenário marcado por rápidas transformações tecnológicas e exigências comunicativas, a capacidade de compreender instruções, redigir documentos, interpretar gráficos ou resolver problemas simples é condição mínima para a inserção e permanência no mercado de trabalho. No entanto, de acordo com o Inaf (2018), um em cada quatro trabalhadores brasileiros é considerado analfabeto funcional, o que impacta negativamente a produtividade, a autonomia e a empregabilidade desses sujeitos.

Para Freire (1996), o trabalho deve ser compreendido não apenas como atividade econômica, mas como prática educativa e social. Logo, a formação para o trabalho precisa



estar integrada à formação humana, o que pressupõe domínio da leitura e da escrita em contextos reais. Nesse sentido, o analfabetismo funcional atua como um impeditivo não apenas para o emprego formal, mas para o exercício da autonomia e da participação ativa na sociedade.

Nesse contexto, a educação profissional no Brasil tem assumido, nas últimas décadas, um papel relevante nas políticas públicas voltadas à juventude e à empregabilidade. Entretanto, conforme destacam Shiroma e Filho (2011), trata-se de um campo historicamente marcado por desigualdades, muitas vezes voltado mais para a formação técnica instrumentalizada do que para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Ainda que programas como o Pronatec e o Programa de Aprendizagem tenham ampliado o acesso ao ensino técnico, muitos estudantes chegam a esses espaços com defasagens educacionais significativas, fruto de uma escolarização precária. Isso se reflete em dificuldades básicas de leitura, escrita e interpretação, como relatado por Ferraro (2014), o que compromete tanto o desempenho acadêmico quanto a qualificação profissional.

Portanto, a educação profissional, para cumprir seu papel emancipador, deve ir além da formação para o mercado. Ela precisa reconhecer e enfrentar as barreiras impostas pelo analfabetismo funcional, desenvolvendo práticas pedagógicas contextualizadas, inclusivas e integradas à realidade dos jovens atendidos.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, centrada na compreensão das vivências de jovens aprendizes em um programa de educação profissional na cidade de Barbacena/MG. A escolha por essa abordagem se justifica pela natureza do problema investigado — o analfabetismo funcional — que requer a interpretação de fenômenos sociais e educacionais em seus contextos reais.

Como procedimento metodológico, optou-se pelo estudo de caso. Segundo Ludke e André (1986), o estudo de caso é indicado quando o pesquisador deseja aprofundar o conhecimento sobre uma situação específica, considerando suas múltiplas dimensões. A pesquisa também se fundamenta em revisão bibliográfica e documental, a partir da análise de atividades didático-pedagógicas desenvolvidas com os estudantes durante o processo formativo.



A instituição, cuja identidade é preservada por razões éticas, atende jovens entre 14 e 18 anos, oriundos da rede pública de ensino e em situação de vulnerabilidade social, por meio de um Programa de Aprendizagem Profissional. Como parte da formação, os jovens cumprem jornada teórica uma vez por semana na instituição e jornada prática nas empresas parceiras nos demais dias. A carga horária total do programa é de 1.280 horas, sendo 400 horas teóricas e 880 práticas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados foram construídos a partir de análises das respostas à três atividades didático-pedagógicas realizadas por jovens aprendizes em uma instituição de educação profissional em Barbacena/MG. O objetivo foi identificar a presença de elementos do analfabetismo funcional, a partir das habilidades definidas pelo Inaf: localização, integração, elaboração e avaliação.

4.1 PRODUÇÃO TEXTUAL: INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Na primeira atividade, os/as estudantes foram convidados/as a escrever um texto dissertativo sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho. Observou-se que parte significativa dos textos expressava as dificuldades de coesão, coerência, organização de ideias e domínio da norma padrão da Língua Portuguesa. Muitos textos se limitaram à cópia de frases ou à repetição de termos do enunciado, com vocabulário reduzido e construções fragmentadas.

A atividade refere-se a uma proposta de Redação que foi aplicada para 47 jovens com idade entre 14 e 18 anos de um Programa de Aprendizagem Profissional. Dos 47 jovens, 34 jovens foram avaliados com pontuação abaixo dos < 95 pontos, ou seja, pela escala do Inaf estão no índice entre analfabeto e rudimentar, 12 jovens apresentaram índice entre elementar e intermediário, e 1 jovem proficiente.

Analfabeto Funcional < 95 pontos = 34

Alfabetizado Funcional > 95 < 137= 12

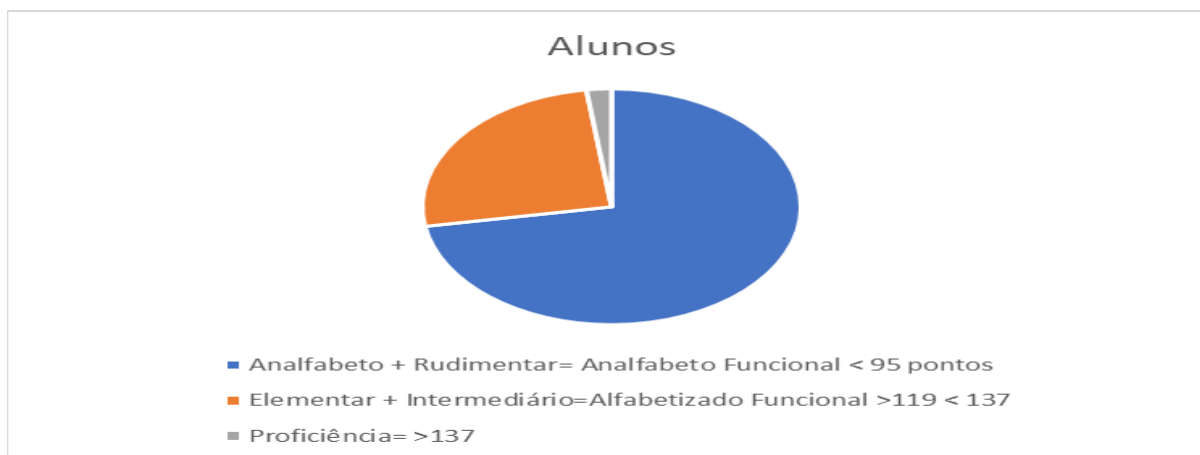
Proficiência $>137 = 1$

Com base na escala do Inaf, vários estudantes foram classificados nos níveis rudimentar ou elementar, evidenciando habilidades restritas à codificação de palavras simples,



sem conseguir estruturar argumentos ou desenvolver raciocínio lógico. Segue gráfico que apresenta, de forma sintética, esses dados:

Gráfico 1 – Atividade Produção Textual



Fonte: Elaborado pelas autoras.

4.2 INTERPRETAÇÃO DE TEXTO: TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO

A segunda atividade consistiu na leitura de textos informativos sobre trabalho análogo à escravidão, seguida de questões que requeria reflexões acerca de questões sociais contemporâneas. A maioria dos/as estudantes apresentou dificuldades em identificar informações explícitas (habilidade de localização) e em realizar inferências simples (habilidade de integração). Ela foi aplicada para um total de 45 jovens com idade entre 14 e 18 anos de um Programa de Aprendizagem Profissional. Dos 45 jovens, 37 jovens foram avaliados com pontuação abaixo dos < 95 pontos, ou seja, pela escala do Inaf estão no índice entre analfabeto e rudimentar, 7 jovens apresentaram índice entre elementar e intermediário, e 1 jovem proficiente.

Resultado em Pontos:

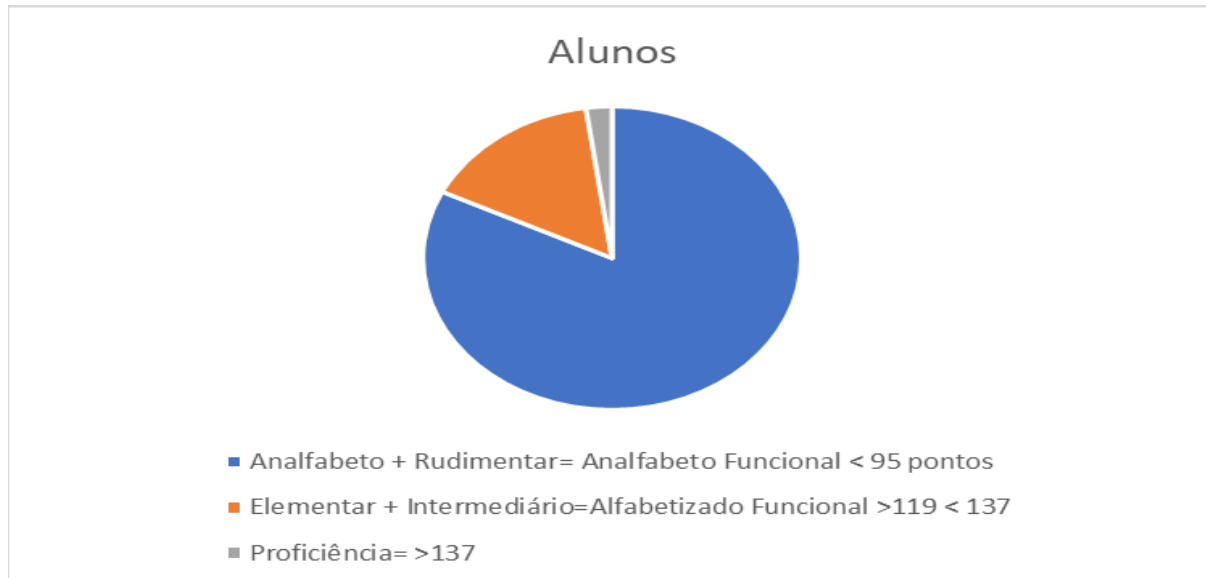
Analfabeto Funcional < 95 pontos = 37

Alfabetizado Funcional > 95 < 137 = 7

Proficiência > 137 = 1

Ficou evidente a frequência de leitura superficial e respostas imprecisas ou descontextualizadas, demonstrando baixa compreensão do conteúdo. Segue gráfico demonstrativo dessa análise:



Gráfico 2 – Atividade: Trabalho Análogo ao Escravo

Fonte: Elaborado pelas autoras.

4.3 INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO: DIREITOS TRABALHISTAS

A terceira atividade abordou aspectos relativos aos direitos trabalhistas, em que foi solicitado que os/as estudantes relacionassem o conteúdo a situações do cotidiano, em que foram requeridas a mobilização de habilidades de elaboração e avaliação. Neste caso, a exigência de elaboração e avaliação da temática proposta em atividade revelou ainda mais fragilidades. Aplicada para um total de 45 jovens com idade entre 14 e 18 anos, estudantes de um Programa de Aprendizagem Profissional, dos 45 jovens, 33 jovens foram avaliados com pontuação abaixo dos < 95 pontos, ou seja, pela escala do Inaf estão no índice entre analfabeto e rudimentar, 11 jovens apresentaram índice entre elementar e intermediário, e 1 jovem proficiente.

Resultado em Pontos:

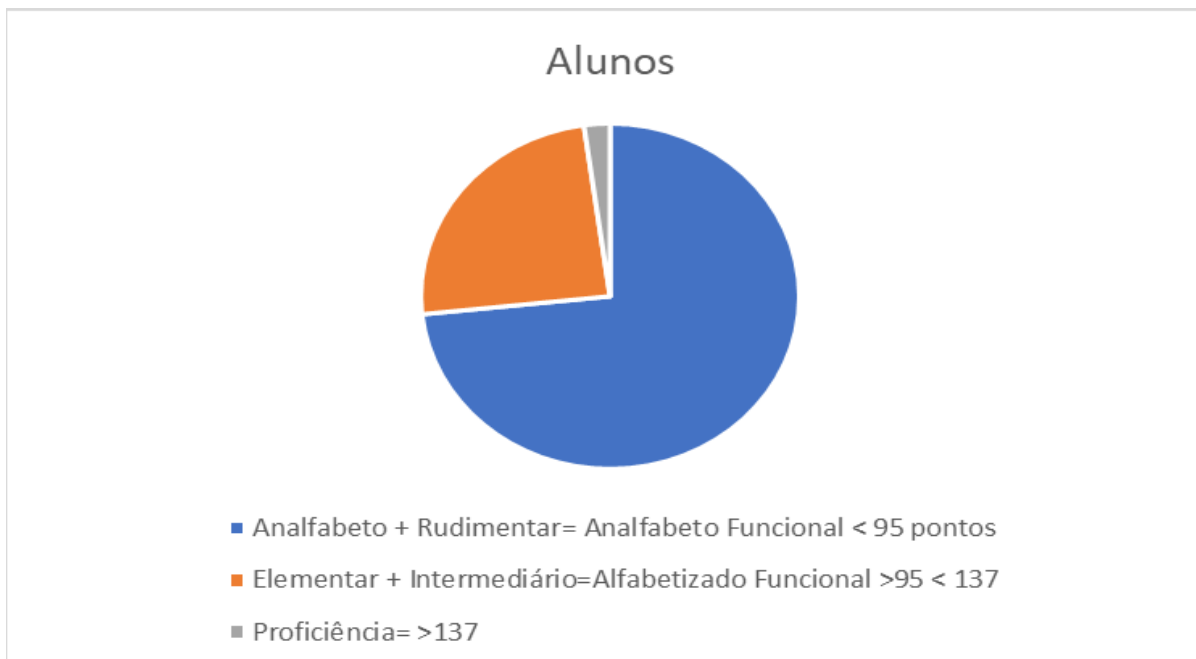
Analfabeto Funcional < 95 pontos = 33

Alfabetizado Funcional > 95 < 137 = 11

Proficiência > 137 = 1

Poucos conseguiram estabelecer conexões entre o texto e suas experiências pessoais, propor reflexões ou justificar suas respostas com base no material lido. A seguir, o gráfico 3 apresenta os dados mencionados:

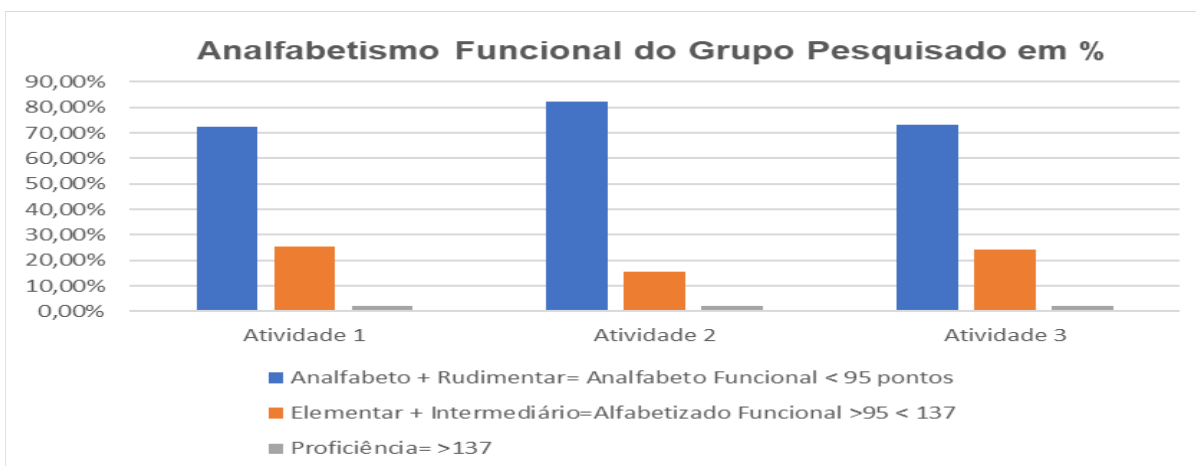


Gráfico 3 – Atividade 3: Direitos Trabalhistas

Fonte: Elaboração da Pesquisadora

4.4 REFLEXÕES DE UMA EDUCADORA

Como educadora atuante no processo formativo desses jovens, uma das autoras deste artigo reconhece que os desafios enfrentados não são individuais, mas estruturais. A escola, muitas vezes, não consegue garantir o desenvolvimento pleno das habilidades de leitura e escrita aos estudantes. Isso gera uma defasagem que se prolonga até os cursos profissionalizantes, como pode ser notado pelo gráfico a seguir.



Observa-se um percentual significativo de jovens que atenderam aos critérios de analfabetismo funcional, ou seja, uma média de mais de setenta por cento das atividades analisadas apontam para desafios e necessidades de implementação de novas perspectivas didático-pedagógicas para atender, de forma qualitativa, esses jovens. Nesse sentido, considerar as trajetórias individuais e sociais dos jovens é parte da construção de possibilidades formativas transformadoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apontam para a presença significativa do analfabetismo funcional entre jovens aprendizes com escolarização formal em andamento ou concluída, considerando a pesquisa realizada. As atividades aplicadas demonstraram fragilidades nas quatro habilidades fundamentais de leitura e escrita definidas pelo Inaf, localização, integração, elaboração e avaliação, o que indica um possível comprometimento do desenvolvimento pleno de competências de leitura e escrita necessárias para um ingresso e permanência qualificada no mundo do trabalho.

Os dados revelaram que muitos estudantes apresentam dificuldades em compreender textos simples, organizar ideias com clareza ou produzir argumentos próprios. Isso reforça o entendimento de que o analfabetismo funcional é um fenômeno estrutural, fruto de um processo educacional que falha em garantir não apenas o acesso, mas a qualidade do ensino ofertados nas escolas, destoando de princípios constitucionais, como o disposto nos artigos 205 e 206 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Ao mesmo tempo, a vivência no contexto da educação profissional reforça o papel estratégico dessas instituições na formação integral dos sujeitos, especialmente os oriundos de contextos de vulnerabilidade social.

Por fim, é necessário destacar que a superação do analfabetismo funcional exige ações intersetoriais, envolvendo escolas, famílias, instituições formadoras, empresas e o poder público. São urgentes políticas públicas que garantam uma formação continuada para educadores, práticas pedagógicas contextualizadas e metodologias que dialoguem com a realidade dos jovens e suas múltiplas linguagens.

Educar para além da técnica é educar para a vida e isso implica reconhecer que formar sujeitos autônomos, críticos e socialmente inseridos requer mais do que ensinar a ler e



escrever: requer fazer da leitura e da escrita instrumentos de emancipação e transformação.

REFERÊNCIAS

FERRARO, L. A. O analfabetismo funcional no Brasil: uma questão de política educacional. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 51, p. 1097-1114, 2012.

FERRARO, L. A. *Analfabetismo funcional: um desafio para a educação de jovens e adultos*. São Paulo: Cortez, 2014.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. Relatório final. Instituto Paulo Montenegro e Ação Educativa, 2018. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2025.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

RIBEIRO, V. M. O letramento no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, p. 65-70, 1997.

SHIROMA, E. O.; FILHO, G. C. F. Políticas públicas e educação profissional: paradoxos entre a formação para o trabalho e a formação para a cidadania. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 5, n. 9, p. 77-90, jul./dez. 2011.

SOARES, M. Letramento e escolarização. In: BUNZEN, C. et al. (org.). *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Parábola, 2016.

